

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, setembro de 2013, número 69. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Estrangeirização das terras: algumas notas sobre o caso do Brasil e da Paraíba

ARTIGO DO MÊS

A fumaça dos canaviais nos ares do campo e da cidade

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XII Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia

“Formação, Pesquisa e Práticas docentes: reformas curriculares em questão”

UFPB/João Pessoa – Paraíba, 15 a 19 de setembro de 2013.

VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA

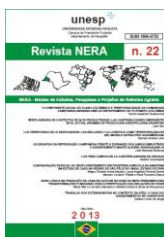
VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária / I Jornada de Geografia das Águas

UFPB/João Pessoa – Paraíba, 22 a 26 de setembro de 2013.

X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ENANPEGE

UNICAMP/Campinas – São Paulo, 07 a 10 de outubro de 2013

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Revista NERA n. 22.
Autores: Vários.

Os oito artigos publicados são bastante abrangentes e permitem a apreensão das contradições que permeiam a questão agrária. Tratam da expansão do agronegócio,

das comunidades camponesas e camponesas-indígenas e, por fim, às políticas desenvolvidas pelo Estado, no Uruguai, Colômbia, Argentina e em diferentes regiões do Brasil.

Para baixar:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/194>.



Iracema: Uma Transa Amazônica.

Direção: Jorge Bodanzky e Orlando Senna.

Rodado na Amazônia da década de 70, com a Transamazônica recém-aberta, o filme é um misto de documentário e ficção. Os realizadores contam a história de uma menina de 15 anos que, durante a festa religiosa do Círio de Nazaré, na cidade de Belém do Pará, perde-se da família, é seduzida por um caminhoneiro e levada à prostituição na região onde homens constroem a rodovia Transamazônica. Para ver:

<http://www.youtube.com/watch?v=jPhFwT2BDtW>.



PodCast Unesp – Pod Territorial

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Editoração: Danilo V. Pereira, Ananda R. F. de Souza (bolsista PIBIC) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES).

Revisão: Tiago E. A. Cubas, Leandro N. Ribeiro, Ana Lúcia Teixeira (bolsista ATP/CNPq), Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq), Hugo A. Alves (bolsista PROEX), Hellen C. Cristancho Garrido (bolsista AUIP/PADEX) e Rodrigo S. Camacho (bolsista FAPESP).

Coordenação: Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP) e Valmir José de Oliveira Valério.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

ESTRANGEIRIZAÇÃO DAS TERRAS: ALGUMAS NOTAS SOBRE O CASO DO BRASIL E DA PARAÍBA

Emilia de Rodat Fernandes Moreira

Profª do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Departamento de Geociências/UFPB
Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Camponato (GETEC)
Coordenadora do DATALUTA-PB
erodat@hotmail.com

Flávia Bonolo

Aluna do Curso de Geografia Departamento de Geociências/UFPB
Pesquisadora do DATALUTA – PB em 2012
Bolsista de IC em 2012
Flaviabonolo@gmail.com

Ivan Targino

Profº do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Departamento de Geociências/UFPB
Profº do Programa de Pós-Graduação em Economia - Departamento de Economia/UFPB
Colaborador do DATALUTA-PB
ivantargino@bol.com.br

Segundo Oliveira (2010), a aquisição de terras por estrangeiros no Brasil não é algo recente. Durante a ditadura militar, principalmente no final da década de 1960, através de órgãos públicos e de grileiros de terras públicas, estrangeiros obtiveram 28 milhões de hectares de terras no Brasil, principalmente na Amazônia.

Na primeira metade do século XXI, verifica-se que tanto as empresas que adquiriram terras nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, como outras corporações, têm avançado sobre o campo brasileiro incorporando novas terras através da compra ou do arrendamento.

A aquisição e arrendamento de terras em países subdesenvolvidos ou em países “emergentes” por grupos estrangeiros não só constitui uma importante estratégia de globalização do capital como contribui para intensificar a discussão sobre a soberania alimentar, o neocolonialismo e a desnacionalização do território no âmbito da geografia agrária.

Entendemos que esse processo garante a dominação formal e real do capital estrangeiro sobre a terra. A dominação formal se dá na medida em que o capital, malgrado os limites da legislação, passa a deter não só o controle como o mando sobre a terra. A dominação real se dá na medida em que ele impõe sobre as terras, por ele apropriadas, métodos e técnicas próprias, estabelece alterações nas relações de trabalho, quer pela exigência da intensificação do ritmo de trabalho e da produção, quer pela redução da mão de obra empregada e da exigência de uma qualificação seletiva, ou ainda pela determinação do que produzir. As consequências, no mais das vezes, se fazem sentir através da ampliação do desemprego, da intensificação dos processos de degradação do meio ambiente e de crises na produção de alimentos afetando a segurança alimentar.

No que se refere à legislação, a lei em vigor no país relativa à aquisição de terras por estrangeiros limita essa aquisição a 50 módulos fiscais, cuja dimensão varia, de acordo com o município, de 5 a 100 hectares. A lei também determina que a soma dos imóveis adquiridos em área descontínua, não pode ultrapassar a quarta parte da área de um município. Uma mesma nacionalidade tem uma limitação de 10% da área de um município.

No dia 13 de fevereiro de 2012, negociadores da Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), chegaram a termos importantes para um acordo sobre o código de conduta para regular investimentos estrangeiros em terras agrícolas. O código poderá incluir o compromisso dos grupos estrangeiros em respeitarem os direitos humanos, assegurarem a promoção da segurança alimentar, a utilização sustentável do meio ambiente e seguir as principais normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Os países poderão aderir ao acordo de forma voluntária. No entanto, essas regras não substituem as leis nacionais e internacionais, acordos ou tratados. O Brasil é um dos países que pedem essa ressalva explicitada no acordo e pede também que seja apontado no texto o direito legítimo de terras que pode não ser previsto por lei, como terras indígenas e quilombolas.

Este trabalho é uma síntese de um estudo realizado pelos autores no âmbito do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) - PB em 2012 e cobre o período de 2007 a 2012. Ele tem por objetivo apresentar uma síntese dos dados da pesquisa sobre a “estrangeirização das terras no Brasil: um olhar sobre a Paraíba”, obtidos a partir: da pesquisa bibliográfica e documental; da pesquisa em jornais, revistas e *websites*; da análise das informações contidas no levantamento de notícias de jornais e revistas realizados pela Rede DATALUTA¹; e da pesquisa de campo.

PROCESSO RECENTE DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DAS TERRAS NO BRASIL

No Brasil, multinacionais e *holdings* vêm adquirindo terras e comprando empresas locais, principalmente no setor sucroalcooleiro. Alguns grupos, além de adquirir grandes propriedades para a produção de cana-de-açúcar, compraram também usinas que antes pertenciam a grupos nacionais.

Destaca-se a presença de empresas estatais chinesas investindo fortemente no setor agrícola, com um foco específico na exportação de soja. Através de notícias em portais e *websites*, encontramos menções a diversas empresas chinesas que estão, ou pretendem iniciar investimento em vários estados brasileiros; em alguns casos, não apenas para a produção agrícola propriamente dita, mas também para a instalação de infraestrutura necessária para a exportação, tais como rodovias. Infelizmente, nem todas as empresas possuem subsidiárias no Brasil e por isso acabam sem ter o nome divulgado, impossibilitando uma pesquisa mais detalhada.

O setor de produção de celulose também é responsável por grande investimento estrangeiro no país. Uma parte expressiva das principais empresas deste setor pertence a grupos estrangeiros, ou são resultado de parcerias entre grupos nacionais e internacionais. Empresas sueco-finlandesas, americanas, canadenses, japonesas e chinesas atualmente presentes no Brasil foram identificadas, todas entre as maiores e mais importantes do setor de produção de celulose. Tais empresas estão situadas predominantemente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em diversos municípios. A CENIBRA, uma empresa de controle japonês, chega a atuar em 54 municípios.

Com base na pesquisa efetuada foi possível identificar quinze empresas estrangeiras que adquiriram terras no Brasil entre 2007 e 2012, apesar de algumas estarem presentes no Brasil há décadas. São elas:

¹ A Rede DATALUTA é uma rede de grupos de pesquisas presentes em 10 estados brasileiros que têm em comum a manutenção e atualização do DATALUTA.

a) *Louis Dreyfus Commodities* (atualmente renominada de BIOSEV). Empresa multinacional de capital francês que atua nos setores de bioenergia, produção de açúcar, etanol e bioeletricidade, grãos, algodão e sucos de frutas. Ocupa a segunda posição no *ranking* brasileiro de produção de açúcar e etanol. Está presente no Brasil há 70 anos e continua adquirindo terras e usinas no país. Nos últimos anos, adquiriu 14 usinas, sendo 07 no estado de São Paulo; 4 no estado de Mato Grosso do Sul; 1 no estado de Minas Gerais; 1 no estado do Rio Grande do Norte e 1 no estado da Paraíba, quais sejam: Usina Continental (município de Colômbia - SP); Usina Cresciumal (usina com destilaria anexa, município de Leme - SP); Usina Estivas (município de Arês - RN); Usina Giasa (município de Pedras de Fogo - PB); Usina Jardest (município de Jardinópolis - SP); Usina Maracaju (município de Maracaju - MS); Usina MB (município de Morro Agudo -SP); Usina Passa Tempo (município de Rio Brillhante – MS); Usina Rio Brillhante (município de Rio Brillhante – MS); Usina Santa Elisa (município de Sertãozinho - SP); Usina São Carlos (município de Jaboticabal - SP); Usina Vale do Rosário (município de Morro Agudo – SP); Usina Esmeralda (município de Sidrolândia - MS); Luciânia (município de Lagoa da Prata – MG);

b) *NAI Commercial Properties*. Empresa multinacional do ramo imobiliário. Adquiriu terras no Brasil em 2010, somando 96.000 hectares. Possui 16 fazendas nos estados de Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Bahia e Tocantins. A maior concentração de suas terras fica na região de Pedro Afonso, no Tocantins. Nesta região, duas fazendas, com 40 mil hectares no total, foram vendidas a um único fundo por R\$ 6 mil/hectare em média - um negócio que pode ser estimado, portanto, em R\$ 240 milhões;

c) *Zhejiang Fu Di*. Empresa multinacional chinesa. Formou uma subsidiária no Brasil chamada Sol Agrícola. A empresa está presente no Brasil desde 2007. Adquiriu, nos últimos anos, 16 mil hectares de terras no Tocantins e um mil hectares no Rio Grande do Sul;

d) *Chongqing Grains*. Empresa estatal chinesa do setor agrícola. Em 2011, adquiriu 100 mil hectares de terra na Bahia, um investimento de US\$ 2,5 bilhões. A principal concentração de suas terras localiza-se no município de Barreiras (BA). Identificamos vários acordos assinados entre a empresa e o estado da Bahia;

e) *Alcotra BioEnergy*. Multinacional belga, líder no comércio de etanol. Presente no Brasil desde os anos de 1980. A empresa recentemente adquiriu 9.205,13 mil hectares de terra e uma destilaria autônoma denominada Tabu, pertencentes à família Lundgren no município de Caaporã, localizado na Zona da Mata Sul do estado da Paraíba;

f) *Cargill*. Empresa multinacional atuante no setor agrícola e alimentício. Presente no Brasil desde 1965. A mesma vem adquirindo terras nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Pará. Atualmente, tem atuação nos seguintes municípios: Mairinque (SP), Uberlândia (MG), Ponta Grossa (PR), Três Lagoas (MS), Barreiras (BA), Rio Verde (GO), Primavera do Leste (MT), Guarujá (SP), Paranaguá (PR), Santarém (PA), Porto Velho (RO), Paranaguá (PR), Ilhéus (BA), Porto Ferreira (SP), Itumbiara (GO), São José do Rio Pardo (SP), Rondonópolis (MT), Cosmópolis (SP);

g) *Stora Enso*. Empresa multinacional sueco-finlandesa do setor de celulose. Adquiriu terras no Rio Grande do Sul, tendo sua sede em Arapoti no Paraná;

h) *Sanhe Hopefull*. Empresa estatal chinesa, atuante na produção de soja. Em 2011, adquiriu terras em Goiás para o cultivo de soja. O investimento foi de R\$ 12,1 bilhões;

i) *Bahia Specialty Celulose*. Empresa multinacional chinesa de controle singapuriano. Pertence ao grupo *Sateri Holdings Limited*. A empresa atua no setor de celulose e, em 2003 adquiriu terras na Bahia, no município de Camaçari;

j) *Cenibra*. Empresa de controle japonês atuante no setor de celulose. Adquiriu terras no Brasil em 2010 e atua em 54 municípios, tendo sua sede em Belo Oriente, no estado de Minas Gerais;

k) *MWV Rigesa (MeadWestVaco Corporation)*. Empresa canadense atua no setor de celulose e na fabricação de embalagens. Presente no Brasil desde 1953, com a aquisição da Ribeiro Gerin S.A. Possui cinco fábricas de embalagem de papelão ondulado, duas fábricas de papel e uma fábrica de embalagens ao consumidor. A empresa detém 54 mil hectares de terra plantada. Atua nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Manaus e Ceará. Sua sede fica em Campinas (SP);

l) *Veracel*. É resultado de uma parceria firmada entre duas líderes internacionais no setor de celulose e papel: a brasileira Fibria e a sueco-finlandesa *Stora Enso*. A empresa tem sede no Brasil, localizada em Eunápolis, no estado da Bahia. É considerada uma das indústrias mais avançadas do mundo no setor de celulose e papel e opera desde 2005 produzindo fibra de celulose. Adquiriu terras no Brasil em 2010;

m) *International Paper*. Empresa americana do ramo da celulose, cuja sede no Brasil fica em Mogi Guaçu no estado de São Paulo. Adquiriu 102 mil hectares de área florestal, dos quais 72 mil hectares são destinados ao cultivo de eucalipto. Possui três fábricas no Brasil, capazes de produzir um milhão de toneladas de papel ao ano. Essas empresas adquiriram terras nos três anos pesquisados, em 20 estados brasileiros.

ESTRANGEIRIZAÇÃO DAS TERRAS NA PARAÍBA

No tocante ao processo de estrangeirização das terras no estado da Paraíba, três aspectos iniciais devem ser destacados: a) o setor agropecuário paraibano vem passando por um grave e longo período de crise desde a década de 1980 com a derrocada das lavouras do algodão, do sisal e da cana-de-açúcar, essa última só apresentando sinais de recuperação na década de 2000, mas, mesmo assim, sem atingir os níveis de produção observados em meados dos anos de 1980 (TARGINO, MOREIRA, MARITAIN, 2013). Dessa forma, os níveis de lucratividade apresentados não têm atraído à atenção do capital externo, a não ser na atividade sucroalcooleira; b) o estado apresenta fortes limitações do quadro natural, tanto em termos de clima quanto de solo, o que tem inibido iniciativas de maior porte em termos de irrigação. Se a aquisição de terras tem sido limitada para a exploração agrícola, tem ocorrido a aquisição de terras para a exploração de minerais não metálicos, tanto na Zona da Mata com a exploração do calcário para produção de cimento, quanto na região do Seridó, principal província mineral do estado; c) dificuldades de acesso a informações, seja pelo pequeno volume existente nos órgãos oficiais, seja pela dificuldade de acesso junto aos órgãos patronais e à rede de cartórios.

A pesquisa de campo compreendeu a realização de entrevistas no setor de Fiscalização de Cadastros da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - PB; visita à Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN-PB) e entrevista não estruturada com representantes da sua diretoria; visitas a cartórios.

Na visita ao Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool do Estado da Paraíba (SINDALCOOL-PB), foram entrevistados membros da diretoria dessas entidades. As entrevistas realizadas na ASPLAN e no SINDALCOOL não deram retorno à pesquisa. Segundo os entrevistados, as informações solicitadas sobre a aquisição de terras por estrangeiros na área canavieira do estado não estavam disponíveis ao público.

No INCRA, constatamos que não existiam dados levantados sobre o tema e que as informações disponíveis não são consistentes. Na verdade, na Paraíba, o órgão estava iniciando um primeiro levantamento junto aos cartórios imobiliários dos municípios com muita dificuldade e ainda não dispunha de informações precisas que pudessem ser repassadas.

Para termos uma ideia do que seria possível fazer com base no levantamento de dados cartoriais, escolhemos um município para realizar uma pesquisa piloto. Decidimos pelo município de Alhandra, localizado na Zona da Mata Paraibana, onde o cartório de registro de imóveis atende dois outros municípios da região. Infelizmente, no cartório não foi permitido acessar os livros de Cadastro. Porém, a tabeliã substituta nos repassou a cópia de cinco registros de pequenas unidades produtivas. Pela pobreza dos dados resolvemos realizar entrevistas com o Secretário da Agricultura do município, com um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e com o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alhandra, na tentativa de obter outras informações. Porém, nenhum dos entrevistados tinha conhecimento de venda de terras aos estrangeiros no município. Dessa forma, embora se trate de uma temática nova e instigante, as fontes de informações nem sempre são abertas ao público, o que exige, por parte dos pesquisadores, tenacidade e muito trabalho para abrir o caminho a descobertas que poderão advir de uma pesquisa mais aprofundada. Registramos, portanto, a dificuldade de realização de pesquisa sobre o tema.

Apesar dessas dificuldades de acesso às fontes de informação, foi possível identificar alguns testemunhos do processo de estrangeirização das terras na Paraíba. A partir dessas informações é possível afirmar que o processo recente de aquisição de terras por estrangeiros tem se dado de duas formas: a) pelo avanço do grande capital internacional através de empresas multinacionais; b) com a aquisição de pequenos lotes por pessoas físicas de origem estrangeira. Nesse caso, detemos-nos no estudo da estrangeirização das terras na Zona da Mata paraibana, área em que se localiza o parque industrial sucroalcooleiro e a maior produção de etanol no estado, ramo que chama a atenção de investidores estrangeiros, sem perder de vista o setor de mineração, tanto na Zona da Mata como no Seridó Paraibano.

Até o momento, a pesquisa constatou que, no estado da Paraíba, a estrangeirização das terras pelo grande capital internacional tem se dado notadamente no setor sucroalcooleiro e no setor de mineração.

PRESEÇA NO SETOR SUCROALCOOLEIRO

Em 2006 iniciaram as negociações entre empresas estrangeiras e duas usinas do setor sucroalcooleiro situadas na Zona da Mata. O contato culminou com a compra da Usina Gramame Industrial e Agrícola SA. (GIASA), pertencente ao grupo pernambucano Tavares de Melo, pelo grupo francês *Louis Dreyfus Commodities*. Também foi comprada a Usina Tabu, pertencente ao Grupo *Lundgren* (brasileiro), pela *trading belga Alcotra Bio Energy*.

De acordo com os dados fornecidos pelo INCRA à Folha de São Paulo, a área agrícola ocupada por estrangeiros na Paraíba em 2006 correspondia a 8.043,4 hectares, o que representa 0,2% do total da área agrícola do estado (IBGE, 2006).

TRAJETÓRIA DA USINA TABU: DOS LUNDGREN AO GRUPO ALCOTRA BIOENERGY

A história do Grupo *Lundgren*, um dos maiores grupos empreendedores do país, começa em 1855 com a chegada do imigrante sueco Herman Lundgren. Em 1866, a família criou a empresa de pólvora chamada Pernambuco *Powder Factory*. Desde então, a família Lundgren se consolidou como um dos mais expressivos conglomerados da indústria têxtil no Brasil, por ser pioneira no setor industrial e também se expandiu no setor comercial com a fundação das Casas Pernambucanas.

No ano de 1920, Guilherme Alberto Lundgren, da segunda geração da família, adquiriu 8 mil hectares de terra e iniciou em tal propriedade uma grande plantação de coqueiros, a maior da região. Tal propriedade veio a se tornar a Fazenda Tabu, localizada em Caaporã, município paraibano.

Em 1933, os herdeiros Albert Herman, Theodor Lundgren e Arthur Axel Lundgren assumiram a administração da propriedade, começando então a cultivar cana de açúcar e a distribuir a matéria prima para usinas operantes na região.

Na segunda metade da década de 1970, com o advento do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) do Governo Federal, a quarta geração da família fundou a empresa Agro Industrial Tabu Ltda. Devido ao seu alto padrão de qualidade e com uma produção inicial de 12 milhões de litros de álcool. A Destilaria Tabu começou suas primeiras operações de exportação já na sua primeira safra, período 1979/1980.

A empresa Agro Industrial Tabu (Fig. 1) possuía uma área total de 7.181,31 hectares próprios e outros 2.023,82 arrendados onde se cultivava a cana-de-açúcar. A capacidade industrial instalada da Tabu permite uma produção anual de 72 milhões de litros de álcool dos tipos neutro, extra-neutro, anidro hidratado e hidratado carburante. A unidade possui 12 tanques de armazenamento, com capacidade para 36 milhões de litros. A Tabu atendia as seguintes praças: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, onde está localizada a usina.



Figura 1. Destilaria Tabu no município de Caaporã

Fonte: <http://laerciojsilva.blogspot.com.br/2010/11/2-sipatma-2010-da-destilaria-tabu.html>

A mudança societária da Tabu teve início em 2007 e chegou ao fim na segunda metade de 2011, com o grupo belga *Alcotra BioEnergy* com 100% do comando da produção. Segundo informa a empresa: Disponível em www.fct.unesp.br/nera

A aquisição proporciona uma gestão mais profissionalizada, tendo com foco na produtividade, redução de custos e comercialização otimizada do produto. Um exemplo é a expectativa de R\$ 10 milhões a serem investidos na safra 2011/2012 (plantio de cana e automação industrial), que teve início em agosto e será finalizada em janeiro de 2012. (JORNALCANA, 2013)²

Com vendas globais excedendo um milhão de metros cúbicos, a *Alcotra BioEnergy* é a líder mundial no comércio de etanol. Hoje, a empresa abastece diretamente os Estados Unidos da América (EUA), a Ásia e a Europa, os maiores usuários finais de etanol, através de rede de distribuição do *Alcogroup*, sediada em Bruxelas. Cerca de 70% do volume comercializado pela empresa é proveniente do Brasil.

TRAJETÓRIA DA USINA GIASA: DOS TAVARES DE MELO AO GRUPO LOUIS DREYFUS COMMODITIES

A trajetória do grupo Tavares de Melo teve início em 1920, com a aquisição do Engenho Olho D'Água, no município pernambucano de Camutanga, por Arthur Tavares de Melo. Oito anos após a primeira aquisição do grupo, inicia-se a produção na sua primeira empresa, a Usina Central Olho D'Água.

Em 1953, fundam as Indústrias Alimentícias Maguary, que pertenceu ao grupo até 1984 e foi líder no mercado de sucos de frutas. Em 1970, a Maguary diversificou sua linha de produtos passando a fabricar sorvetes. Seis anos depois, realizou uma *joint venture* (50% e 50%) com a *Kibon (Philip Morris)*, passando a se chamar *Kibon Sorvane*. Em 1997, a *Kibon* decidiu vender sua participação para *Unilever*.

O Grupo Tavares de Melo se fez presente em quatro estados brasileiros. Na sua estrutura estavam quatro unidades produtoras de açúcar e álcool, entre elas: Usina Estivas – 1969 (RN), Destilaria Giasa – 1971(PB), Usina Passa Tempo – 1982 (MS) e a Usina Maracaju – 1985 (MS).

A Usina GIASA (Figs. 2 e 3) foi fundada em 1971, sendo a primeira destilaria autônoma de álcool instalada no país.



Figura 2. Destilaria Giasa, Pedras de Fogo-PB

Fonte: http://www.ifch.unicamp.br/profseva/S8_cana_alcool_reedit_set07.pdf

² JORNALCANA. Destilaria Tabu é da Alcotra BioEnergy. Disponível em: <http://www.jornalcana.com.br/news_print.php?id_news=21043>. Acesso em 01 set. 2013. Disponível em www.fct.unesp.br/nera



Figura 3. Destilaria Giasa (setor industrial) – Pedras de Fogo, PB
Fonte: http://www.ifch.unicamp.br/profseva/S8_cana_alcool_reedit_set07.pdf

Além de investir e atuar no setor sucroalcooleiro, o Grupo Tavares de Melo adquiriu uma série de empresas de variados ramos, tais como a *Sacoplast*, em 1989 e a Dupé em 1992. Participou na fundação da Ello Distribuidora de Combustíveis, em 1998, e adquiriu participação do *Shopping Plaza Casa Forte* (Recife – PE), em 2001.

Em 2007, as Usinas Passa Tempo, Maracaju, Estivas e a Destilaria Giasa foram todas vendidas para o grupo *Louis Dreyfus Commodities*, a subsidiária brasileira do grupo francês *Louis Dreyfus*. Na Paraíba, a unidade adquirida de etanol fica no município de Pedras de Fogo (PB), localizada a 30 minutos da capital João Pessoa, na Zona da Mata Sul.

O grupo francês é um dos maiores a operar no Brasil. Mantém atividades também na área de grãos, suco de laranja e algodão. O faturamento do grupo foi de R\$ 1,9 bilhão em 2006. Líder mundial no setor de bioenergia, e se considera como aquele que possui grande potencial de crescimento sustentável na produção de açúcar, etanol e bioeletricidade. Está presente nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

O Grupo Tavares de Melo explica a decisão de vender seus ativos industriais do setor sucroalcooleiro como “realinhamento de negócios”.

PRESENÇA NO SETOR DE MINERAÇÃO: ESTRANGEIRIZAÇÃO ASSOCIADA AO POLO CIMENTEIRO

O setor de mineração paraibano está concentrado na mineração não metálica, em duas áreas geográficas principais: na Zona da Mata e no Seridó Paraibano.

Na zona da Mata, mais precisamente na Zona da Mata Sul, está ocorrendo implantação de um polo cimenteiro em decorrência de alguns fatores, com destaque para: a ocorrência de minas de calcário, a proximidade do porto de Cabedelo e os incentivos fiscais propiciados pelo governo do Estado.

No município de Caaporã, o Grupo *Lafarge* construiu uma fábrica de cimento em 1988. Para tanto, adquiriu a Fazenda Catolé, onde está sediada a fábrica e a área de exploração do calcário. O Grupo *Lafarge* opera no ramo de materiais de construção há 180 anos, presente no Brasil desde 1959. Registra-se também a construção de uma unidade de produção da Cimpor no município do Conde. A nova unidade ocupa uma área de aproximadamente 30 hectares dentro da malha agrícola municipal.

ESTRANGEIRIZAÇÃO DAS TERRAS NO SERIDÓ PARAIBANO

A região do Seridó Paraibano registra a maior ocorrência de minerais não metálicos da Paraíba, com predomínio da tantalita, do feldspato, do caulim etc. As primeiras notícias da exploração na região datam do final do sec. XIX. No período da segunda guerra mundial houve uma intensificação da mineração na região para fornecimento de matérias primas para a indústria bélica norte-americana. Após a segunda guerra essa atividade entrou em declínio, sendo reativada nas últimas décadas com a exploração do feldspato e do caulim, principalmente. Há notícias, não ainda confirmadas pela pesquisa em curso, da presença de empresas estrangeiras interessadas na concessão de minas na região (NÓBREGA; MENEZES, 2012; VASCONCELOS, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, constata-se que a realidade em pauta reafirma a territorialização do capital internacional no campo brasileiro, como bem diz Fernandes (2008, p. 76):

Por meio de sua reprodução ampliada, o capital não respeita barreiras ou fronteiras, destruindo ou incluindo de forma subordinada tudo o que encontra pela frente. A inclusão, incontestavelmente, subalterna às lógicas das relações capitalistas domina outras relações sociais, como por exemplo, o campesinato.

Importante chamar a atenção para o fato de que essa territorialização do capital internacional no campo é seletiva e se dá principalmente sobre áreas cujos ramos da atividade estão nas mãos do agronegócio nacional voltado principalmente para a produção de celulose, etanol e soja. No caso da Paraíba, trata-se de um processo ainda limitado, havendo registros de aquisição de terras por estrangeiros, tendo em vista a exploração de duas atividades principais: o agronegócio açucareiro e a extração de minerais não metálicos. A continuidade da pesquisa e a manutenção do DATALUTA permitirão avançar no sentido de aprofundar e ampliar as informações até então obtidas.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Bernardo Mançano (org). **Campesinato e o agronegócio na América Latina**. São Paulo: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO, Editora Expressão Popular, 2008.
- FRIAS, Maria Cristina. Restrição a venda de terras já prejudica novos negócios. **Mercado Aberto**, 05 set. 2011.
- LAGUARDIA, Helenice. Indianos investem R\$ 1 bilhão no açúcar mineiro. Negócio já gerou aumento de 62,3% nas exportações de açúcar para a Índia. **O Tempo** On line, 18 set. 2009.
- LEITE, S; SAUER, S. A estrangeirização da propriedade da terra no Brasil. **OPPA - Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**, nº36 - agosto 2010.
- LEITE, S; SAUER, S. A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil. **CEDEFES**, 2011.
- LEITE, S; SAUER, S. Usineiros buscam prestígios perdidos. **Jornal O Estado de São Paulo**, 18 de Janeiro de 2012.
- NÓBREGA, J. A.; MENEZES, M. É do caulim pro roçado: o trabalho agrícola e a extração mineral no Seridó paraibano. In: **Revista da ABET**, v. XI n. 2 de jul/dez de 2012.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – Um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, No. 12, pp. 3-113, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, A. Americana Cargill diz estar pronta para aquisições de usinas de etanol no País. **Jornal Estadão**, 06 set. 2011.

RODRIGUES, A. Multinacionais americanas da área de alimentos dizem que Brasil, com sua classe média em expansão, se tornou prioridade. **Jornal Estadão**, 01 out. 2011.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio. A estrangeirização da propriedade fundiária no Brasil e no mundo. **Carta Maior**, dezembro, 2010.

TARGINO, I; MOREIRA, E.; MARITAIN, N. O desempenho recente da agropecuária paraibana. In **Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. João Pessoa: UFPB, 2013.

VASCONCELOS, S. A. **O uso do território do município de Pedra Lavrada – PB pela mineração: elementos de inserção como lugar do fazer no contexto atual da globalização**. 2006. Dissertação (mestrado em Geografia) – UFPE/PPGG, Recife.

VAZ, L. Pressão contra limites. **Correio Braziliense**, 17 jan. 2011.

ZANATTA M. Parecer limita aquisição de terras por estrangeiros. **Valor Econômico** – 27 out. 2011.